CAPUTO, STELE GUEDES. *EDUCAÇÃO NOS TERREIROS:* E COMO A ESCOLA SE RELACIONA COM CRIANÇAS DE CANDOMBLÉ. RIO DE JANEIRO: PALLAS, 2012. 296P.

Amurabi Oliveira[1]

Certamente um dos campos mais explorados na Antropologia da Religião no Brasil se refere aos estudos das religiões afro-brasileiras, se tomarmos o célebre estudo de Nina Rodrigues (1868-1990), *O Animismo Fetichista dos Negros Baianos* (2006), publicado em 1900 como um marco. Temos aí mais de um século de acúmulo de conhecimento acerca das religiões dos Orixás em suas múltiplas formas, todavia, a imensa maioria das pesquisas desenvolvidas até aqui apresentam uma marca recorrente na Antropologia como um todo: o privilégio de uma perspectiva adultocêntrica da realidade social e cultural, o que tem sido questionado por uma série de pesquisadores como Sarmento (2004), Cohn (2005), Pires (2010), Tassinari (2011), Corsaro (2011), dentre outros.

O trabalho de Caputo (2012) demonstra sua originalidade desde o princípio ao assumir esse olhar pouco privilegiado nas pesquisas sobre o Candomblé, entretanto, cabe anunciar desde já que não se trata de uma pesquisa antropológica, ao menos não no sentido mais estrito do termo, uma vez que esse livro se origina em grande medida, ainda que não exclusivamente, de sua tese de doutorado defendida em 2005 junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio, sob a orientação da professora Vera Maria Candau, em todo o caso, trata-se de uma pesquisa etnográfica, e também histórica, segundo a autora, que se apropria amplamente da literatura antropológica, até mesmo devido às características idiossincráticas do objeto analisado. É anunciado pela própria autora que a obra é fruto também dos contatos anteriores que ela teve com o Candomblé

[1] Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
Contato: amurabi_cs@hotmail.com.

como jornalista, que se iniciaram em 1992, e da continuação de sua pesquisa já no pós-doutorado, realizado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

A discussão está estruturada ao longo de onze capítulos, que se articulam em duas partes, a primeira, que ocupa a maior parte do livro, é intitulada *Aprender em Terreiros*, que se utiliza de uma das maiores contribuições que no meu entender a Antropologia traz ao campo educacional, que é o alargamento do conceito de Educação, indo para além da escolarização, percebendo o terreiro como um espaço de circulação de conhecimentos, a segunda, *O Candomblé e a Escola*, ainda que mais enxuta, não deixa de ser menos rica, uma vez que remete de forma mais enfática a questões mais amplas em termos sociais, essencialmente o racismo no Brasil.

Há um cuidado por parte da autora em relacionar os dados empíricos de sua pesquisa com uma contextualização mais ampla sobre o Candomblé, tanto em termos históricos quanto sociais. Ela situa, apesar de ter realizado observações em vários terreiros, e, por conseguinte, as crianças que ela pesquisa são oriundas de diversas casas, o terreiro em que ela se deteve por mais tempo foi o *Ilé Omo Oya Leji,* fundado em 1974 e comandado por Palmira Navarro, conhecida como Mãe Palmira, localizado em Mesquita, Baixada Fluminense. Sua hipótese de trabalho é que há uma dualidade na realidade das crianças que se fazem presentes nos terreiros, por um lado, muitas delas são inciadas e chegam a receber cargos na hierarquia dos terreiros, manifestando nesse espaço orgulho de suas religiões, por outro, na escola, elas seriam invisibilizadas, silenciadas e discriminadas, o que teria sido aprofundado com a aprovação da lei do Ensino Religioso no Estado do Rio de Janeiro.

Para Caputo "As crianças de Candomblé desempenham funções como os adultos. Muitas são iniciadas e algumas, depois de um longo aprendizado, estão preparadas para receber os *Òrìsá*." (p. 66, grifo da autora). Isso também aparece no trabalho de Falcão (2010), desenvolvido no âmbito da Antropologia; em todo o caso, ambos os trabalhos convergem para a compreensão de que, apesar da relevância que a senioridade possui no Candomblé, o tempo de iniciação possui um peso significativo, capaz de subverter a ordem corriqueira na qual as crianças possuem um papel social

de menor relevância que os adultos, tendo em vista que muitas crianças possuem um tempo de terreiro mais longo que alguns adultos.

Ao voltar-se para a iniciação ritual, a pesquisadora traz questões interessantes, indicando pontos de convergência entre o processo vivenciado por adultos e crianças. No terreiro de Mãe Palmira, as crianças podem ser iniciadas a partir dos dois anos, podendo ser em menor idade em raríssimos casos, se for da vontade dos Orixás, havendo para elas o mesmo processo de reclusão que há entre os adultos.

Há aspectos *sui generis*, como o fato de que "A criança, insiste Mãe Palmira, não tem necessidade de raspar a cabeça, mas, se for necessário, raspa e, como sempre no Candomblé, é o *Òrìsà* que determina." (p. 68, grifo da autora). Outra particularidade diz respeito à alimentação, pois:

> Às crianças sempre são oferecidas comidas do santo. Mas, afirma mãe Palmira, dependendo da faixa etária é preciso, evidentemente, servir outro tipo de alimentação. Paulina de *Sàngó,* por exemplo, quando recolheu tinha 2 anos, portanto, recolhida para o *Òrìsà*, continuou tomando mamadeira. "Fazíamos mamadeira de *Àkàsà* para ela. Mas ela também tomava farinha láctea para manter o equilíbrio na alimentação, embora ache *Àkàsà* até mais forte", diz Mãe Palmira. De acordo com a *Ìyalòrìsà*, a dieta é mais rigorosa com o adulto, já as crianças comem desta, mas podem comer da comida "comum", caso rejeitem a destina ao *Òrìsà*. Mãe Palmira, contudo, garante que, em geral, as crianças adoram comida de santo. (p. 71, grifos da autora)

Portanto, apesar da possibilidade das crianças ocuparem a mesma posição que um adulto no Candomblé, sua particularidade em termos sociais não seria olvidada completamente, o que inclui também crianças que moram no entorno do terreiro, e são socializadas nesse espaço.

A partir das narrativas das crianças, vai sendo explanado sobre como é crescer no Candomblé, o que envolve não apenas as interdições, que são, por vezes, difíceis de serem seguidas por crianças e adolescentes, como também, no caso das crianças que ocupam cargos na hierarquia do terreiro, pesam as responsabilidades incomuns para esse período da vida. Algumas

daquelas crianças que cresceram durante as pesquisas da autora (já que a obra abarca um interstício de quase vinte anos), já possuem filhos e, apesar de perceberem como algo praticamente inevitável que seus filhos se tornem praticantes do Candomblé, apontam que caberá a elas decidirem o caminho a seguir, o que reflete aquilo que Hervieu-Leger (2008) chama de o fim das identidades herdadas.

Caputo traz o caso de Luana, que com apenas quatro anos foi indicada como sucessora de Mãe Palmira, de tal modo que muitos adultos passaram a pedir sua benção e "A saudação vinha acompanhada de gestos. Alguns pegavam sua mão e beijavam. Luana logo limpava as costas da mão na pequena saia do vestido. Outros se deitavam diante dela e diziam uma saudação. Luana ria com sua boneca no colo." (p. 107). Porém todas as crianças traziam histórias de preconceito referente à sua religião, que ganhava relevo, principalmente no espaço escolar. A própria Luana chega a dizer para a pesquisadora em um dado momento que agora gostaria de ser crente, já que na escola as pessoas só gostavam dos alunos dessa denominação, o que se reverberava em comportamentos como os de Tauana, que ao mesmo tempo que afirma sentir muito orgulho da religião demonstra resignação ante ao preconceito vivenciado, especialmente no espaço escolar.

O livro aponta para o peso das relações de parentesco para o processo de iniciação das crianças, ainda que haja alguma variação de terreiro para terreiro. No de Mãe Beata, que também foi campo de pesquisa de Caputo, são os búzios que indicam a necessidade de iniciar ou não uma criança, ainda que seja necessário sempre o consentimento da família.

Em *Educação nos Terreiros,* todo o processo de aprendizagem ganha destaque, principalmente por meio da observação, o que inclui os cultos aos *Égún*. Talvez se encontre aí o principal limite do livro, pois, no meu entender, a autora corre, por vezes, o risco de cair numa concepção bastante restritiva de aprendizagem, quase como sinônimo de transmissão cultural, ainda que seja apontada a possibilidade de uma compreensão mais ampla do papel ativo das crianças no processo educativo nos momentos em que ela descreve, por exemplo, o fato das crianças vivenciarem continuamente

brincadeiras que remetem ao universo do Candomblé, porém esse aspecto é insuficientemente explorado, dando um destaque menor à aprendizagem vivenciada na "cultura de pares" existente entre as crianças (Corsaro, 2011). Acredito que a brincadeira possui uma centralidade no processo de aprendizagem do Candomblé, como se pode perceber na seguinte passagem:

> Assim, é comum que crianças e adolescentes brinquem de "imitar a voz dos *Égún*". A brincadeira não é nada fácil e chega a ser uma conquista construída por um longo tempo de observação, posto que são muitos *Égún* que se manifestam nesse terreiro, e cada um deles com a voz completamente diferente da outra, além de características específicas do espírito do morto manifestado na festa. Mas as crianças conseguem imitar com perfeição a voz, os gestos, as maneiras de ser do morto revelado. Acontece que essa brincadeira é expressamente proibida e, por isso mesmo, realizada no mais absoluto sigilo. Quando são pegos em flagrante desobediência por um adulto do terreiro, as crianças ou jovens recebem duras advertências, ameaçadas de serem castigadas pelos *Égún* e ainda castigos ministrados pelos mais velhos da casa (que nunca envolvem violência física). É óbvio que nada disso é suficiente para impedir as brincadeiras. (p. 149, grifos da autora)

Essas crianças brincantes, segundo Caputo, são as que garantem a continuidade do terreiro, e o aspecto continuamente renovado da tradição. Também nas funções não hierárquicas do terreiro as crianças ocupam posições, como na confecção do *Opá* para os *Égún*.

Em todo o trabalho, há um uso intenso da fotografia, seja da autora, que representa a ampla maioria, seja de outros que cederam as imagens para a utilização no trabalho. Elas não foram apenas tiradas, como também socializadas com os sujeitos da pesquisa, o que é tomando como fio condutor para uma reflexão sobre ética na pesquisa. Nesse ponto Caputo volta-se também para seus primeiros contatos com a Candomblé, quando, em 1992, como repórter do jornal *O Dia* realizou uma reportagem que visava inicialmente a mapear os terreiros na Baixada Fluminense, cuja pauta foi modificada, focando nas crianças, o que teria tido uma repercussão bastante

positiva, porém as fotos foram compradas do jornal pela Editora Gráfica Universal, do Grupo Universal do Reino de Deus, publicando, na *Folha Universal*, numa reportagem intitulada *Filhos do Demônio*, e posteriormente na 13ª edição (1996) do livro de autoria de Edir Macedo, *Orixás, Caboclos e Guias – Deuses ou Demônios?*, que fez com que as crianças cujas imagens foram veiculadas se sentissem ainda mais discriminadas.

Outra questão interessante diz respeito às particularidades do trabalho de campo envolvendo crianças, pois, ainda que a pesquisadora tenha tomado o cuidado de pedir a autorização dos pais e das próprias crianças, ela foi repreendida em um dos terreiros pesquisados, dado que além dos responsáveis legais as crianças possuíam também seus responsáveis espirituais, ou seja, o culto tinha regras bastante complexas, que não são facilmente apreendidas.

Na segunda parte do livro, Caputo centra-se no processo de discriminação que as crianças vivenciam na escola. A passagem para outra parte da obra indica justamente esse aspecto dual que é vivenciado pelos sujeitos da pesquisa.

Os inúmeros relatos trazidos estabelecem um padrão, no qual a identidade religiosa é negada no espaço escolar, por vezes, as crianças assumem-se como católicas. Ao mesmo tempo, destaca-se a relação estabelecida entre a intolerância religiosa e o preconceito racial, bem como o referente à origem social dos pesquisados. Na leitura da autora, esse cenário, marcado pelo preconceito, ganhou contornos ainda mais nítidos com o advento do Ensino Religioso de caráter confessional nas escolas fluminenses. Para Guimbelli (2008), no caso do Rio de Janeiro, há uma predominância de professores confessionais que optam por conteúdos que eles próprios definem como não confessionais, o que é justificado, em parte, pela não efetivação do modelo confessional, podendo vir acompanhado de um discurso que destaca outro entendimento sobre o Ensino Religioso. Ao se voltar também para os professores de Ensino Religioso que atuam nas escolas nas quais as crianças pesquisadas estudam, a autora encontrou o seguinte cenário:

> Dos 14 professores, nove responderam que nunca pensaram sobre crianças no Candomblé porque não acreditam que existam crianças que frequentem

> ou pratiquem Candomblé na escola. Uma das entrevistadas afirmou: "Não temos crianças com esse 'problema' aqui na escola, a maioria é católica." Cinco professores afirmaram que acham "um absurdo" que crianças pratiquem Candomblé. "As crianças não devem ser induzidas à macumba só porque os pais frequentam", respondeu uma professora. Perguntei a essa professora se os pais católicos também não "induziam" seus filhos ao catolicismo quando os batizavam, levavam às missas, colocavam no catecismo para a Primeira Comunhão etc. A professora respondeu: "Mas o catolicismo não é coisa do diabo, é a religião normal." (p. 204).

É ante a esse contexto que as crianças passam a elaborar estratégias para serem invisibilizadas em termos de identidade religiosa, que vão sendo apresentadas por Caputo. Assim como as falas de alguns docentes que evidenciam o espaço das aulas do Ensino Religioso como um *locus* que possibilitaria a "conversão" das crianças e dos jovens, por mais que haja também tentativas de alguns docentes de realizar experiências escolares que valorizem a diversidade cultural.

A discriminação também apresenta-se nos livros didáticos analisados, como na passagem de um deles que declara que a umbanda não realiza sacrifício de animais por respeitar a natureza, que ao mesmo tempo faz uma afirmação equivocada e que também discrimina, uma vez que o sacrifício é algo constitutivo do Candomblé (Motta, 2003). Em pesquisa recente realizada em São Paulo, Bakke (2011) afirmou que os livros paradidáticos, que trazem mais informações sobre as religiões afro-brasileiras que os didáticos, tendem a ser menos utilizados pelos professores, o que é compreendido por alguns destes como uma saída para "evitar conflitos" em sala de aula.

Na configuração específica do Rio de Janeiro, Caputo aponta para uma espécie de aliança católico-evangélica, que reforçaria o fato de que a diversidade cultural permanece como algo menor no espaço escolar, reforçando o próprio racismo, que se apresenta, na leitura da autora, também através da discriminação sofrida pelo Candomblé.

Articulando a categoria de multiculturalismo, a partir de seu enfoque crítico defendido por Peter McLaren, a autora posiciona-se diante do cenário encontrado na pesquisa, indicando que estamos diante de um multiculturalismo conservador, de caráter assimilacionista, ao menos como apresentou-se por meio das entrevistas com os professores e com a coordenadoria responsável pelo Ensino Religioso no Estado do Rio de Janeiro, o que a leva a defender a laicidade do Estado ante ao ensino.

No último capítulo, ela chama a atenção para a nova geração de crianças de Candomblé que sofrem discriminação na escola, muitas delas filhas das que fizeram parte de sua pesquisa, e que, apesar das mudanças que vêm sendo vivenciadas, o que envolve, sem sombra de dúvida, a ação do movimento negro nas últimas décadas, o dilema em torno do racismo e da intolerância religiosa persiste, havendo inclusive retrocessos.

Creio que *Educação nos Terreiros* vem em um momento bastante oportuno. Toda a discussão que vem sendo fomentada a partir da lei nº 10.639/03, que torna obrigatório o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras na Educação Básica, que tem sido substanciada por inúmeros trabalhos em nível de pós-graduação, artigos, livros, coletâneas, congressos etc., ainda carece de uma reflexão mais sistemática sobre o aspecto religioso, aliás, penso que é sintomático que, quando se discute, no campo acadêmico, a questão da Cultura Afro-Brasileira no espaço escolar, via de regra, se dê pouco espaço para o universo religioso, o que pode ser entendido como uma dificuldade dos pesquisadores de lidar com um tema tão espinhoso quanto a intolerância religiosa nas escolas. Todavia, é inegável que

> Os avanços dos mecanismos legais, por meio da lei nº 10.639/03 e da criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECADI em 2004 indicam novas possibilidades para pensar o lugar da escola ante aos dilemas culturais de nossa sociedade. (OLIVEIRA et al., 2013, p. 276).

Através dos dados que vão sendo apresentados ao longo do trabalho fica evidente a confirmação de sua hipótese inicial, de que as crianças, embora

sintam-se pertencentes e orgulhosas de sua religião no terreiro, desenvolvem estratégias de invisibilização na escola, ainda que pese o papel dos professores neste último aspecto, que contribuiriam, ao menos em parte significativa do corpo docente analisado dentro do Ensino Religioso Confessional, para esse violento mecanismo que se atrela à discriminação racial persistente no Brasil.

Por fim, volto a enfatizar aqui o caráter inovador do trabalho pelo olhar que ele assume, ao investigar o Candomblé a partir das crianças, apresentando-as como sujeitos ativos no terreiro, as quais assumem funções como os adultos, ainda que não se possa perder de vista as características singulares existentes na condição de criança.

REFERÊNCIAS

BAKKE, Rachel Rua Baptista. *Na escola com os orixás:* o ensino das religiões afro-brasileiras na aplicação da lei 10.639. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS/USP, São Paulo, 2011.

CAPUTO, Stela Guedes. *Educação nos Terreiros:* e como a escola se relaciona com crianças de Candomblé. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

COHN, Clarice. *Antropologia da Criança.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CORSARO, William A. *Sociologia da Infância*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FALÇÃO, Christiane Rocha. *"Ele já nasceu feito":* o lugar da criança no Candomblé. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – PPGA/UFPE, Recife, 2010.

GIUMBELLI, Emerson. Ensino Religioso em Escolas Públicas no Brasil: notas de pesquisa. *Debates do NER*, v. 1, n. 14, p. 50-68, 2009.

HERVIEU-LEGER, Daniele. *O Peregrino e o Convertido:* a religião em movimento. Petrópolis: Vozes. 2008.

MOTTA, Roberto. Le Sacrifice Xangô à Recife. *Social Compass*, v. 50, n.2, p. 229-246, 2003.

NINA RODRIGUES, Raimundo. *O Animismo Fetichista dos Negros Baianos.* Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2006.

OLIVEIRA, Amurabi; ALMIRANTE, Kleverton A.; NASCIMENTO, Fernanda. O Xangô na Sala de Aula: dilemas da identidade religiosa afro-brasileira em Alagoas. *Interações:* Cultura e Comunidade, v. 8, n. 14, p. 261-279, 2013.

PIRES, Flávia Ferreira. O que as crianças podem fazer pela antropologia?. *Horizontes Antropológicos,* v. 16, n. 34, p. 137-157, 2010.

SARMENTO, Manuel J. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In: SARMENTO, Manuel J; CERISARA, Ana B. (Orgs.). *Crianças e miúdos:* perspectivas sócio-pedagógicas da infância e educação. Porto: Asa, 2004; p. 9-34.

TASSINARI, Antonella M. I. O que as crianças têm a ensinar a seus professores? Contribuições a partir da Antropologia. *Antropologia em Primeira Mão*, s/v, n. 130, p. 1-20, 2011.

Recebido em: 15/06/2014

Aprovado em: 30/06/2014